



ESTADOS UNIDOS

Arquivos de Epstein desmentem Elon Musk

Departamento de Justiça libera 3 milhões de páginas de documentos sobre a exploração sexual de menores em festas promovidas para celebridades. O magnata das big techs havia negado envolvimento, mas consta de e-mail comprometedor

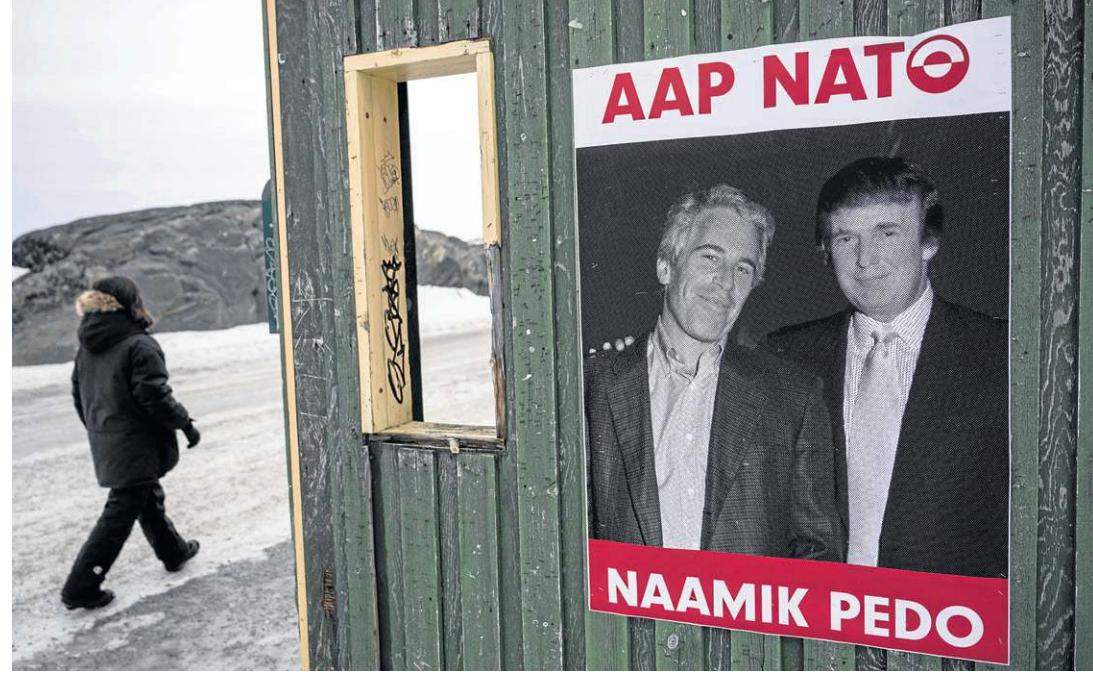
Omagnata das big techs Elon Musk, ex-aliado tornado desafeto do presidente Donald Trump, figura com destaque nas mais de 3 milhões de páginas de arquivos divulgados ontem pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos como parte das investigações sobre a rede de exploração sexual e pedofilia mantida pelo bilionário das finanças Jeffrey Epstein, morto na prisão, em 2019, enquanto aguardava julgamento por tráfico de menores. O processo, que envolve celebridades, altos executivos e personalidades políticas norte-americanas e estrangeiras, projeta sombras sobre o próprio presidente, isentado de acusações até o momento.

Entre os documentos expostos, que vão de correspondência eletrônica a fotos e vídeos, um e-mail contradiz a defesa de Musk, que desmentiu ter frequentado o resort onde Epstein promovia festas para as quais atraía meninas e adolescentes, oferecidas aos convidados. "Quando podemos ir para sua

ilha?", pergunta o dono da Tesla, da rede X e da empresa espacial SpaceX. Em setembro passado, em postagem no X, Musk foi categórico: "Epstein tentou me convencer a ir para a ilha dele e eu REUSEI". A documentação liberada não deixou claro se a viagem chegou a se realizar.

De acordo com o vice-procurador-geral, Todd Blanche, constam do lote mais de 2 mil vídeos e 180 mil imagens, que conteriam "grandes quantidades de pornografia comercial". A divulgação atende a determinação da Lei de Transparência dos Arquivos Epstein, que determinava ao Departamento de Justiça a abertura de todos os documentos em seu poder até 19 de dezembro de 2025. A legislação foi aprovada, apesar das resistências de Trump, graças a uma rebelião na bancada republicana (governista) na Câmara dos Deputados.

Assim como o atual presidente, também um de seus antecessores consta dos registros colecionados pelo Departamento de Justiça. Por terem se recusado a depor sobre



Jeffrey Epstein e Donald Trump em cartaz exibido na Groenlândia: relações obscuras

o caso na Câmara, Bill Clinton e a ex-primeira-dama Hillary se tornaram objeto de um processo por desacato, aberto

por um comitê dominado pela maioria governista. Entre as celebridades citadas estão também o ideólogo trumpista

Steve Bannon e um irmão do rei Charles III — Andrew, que por causa do escândalo perdeu o título de príncipe.

Ghislaine Maxwell, ex-namorada de Epstein apontada como aliciadora de menores para as festas promovidas pelo magnata, é até hoje a única acusada formalmente no processo, e cumpre sentença de 20 anos de prisão. O casal reunia os convidados em uma ilha particular no arquipélago caribenho das Ilhas Virgens Americanas, para onde eram transportados em um avião conhecido como "Lolita Express".

Na entrevista coletiva que concedeu, o vice-procurador-geral se referiu à divulgação do novo lote de documentos como "a conclusão de um processo abrangente de revisão (do material), para assegurar aos americanos a transparência, como determina a lei". Questionado pelos jornalistas, Blanche negou que a Casa Branca possa ter influído na triagem. "Não protegemos o presidente", respondeu. No começo do ano, o Departamento de Justiça informou oficialmente que tinha liberado até então apenas 1% dos arquivos em seu poder — algo em torno de 30 mil itens.

Minneapolis volta às ruas contra o ICE

A reputação de Alex Patti caiu drasticamente com o vídeo em que ele aparece gritando e cuspido no rosto de um agente do ICE"

Donald Trump, presidente dos EUA

Milhares de manifestantes voltaram ontem às ruas de Minneapolis, no norte dos Estados Unidos, em mais uma marcha de protesto contra as operações conduzidas por forças federais contra estrangeiros em situação irregular. A tensão na cidade, a principal do estado de Minnesota, chegou ao ápice no sábado passado, quando agentes da Patrulha de Fronteira mataram a tiros o enfermeiro intivista Alex Patti. Cidadão norte-americano, ele participava de uma manifestação contra o assassinato, duas semanas antes, de Renee Good, baleada dentro de seu carro por agentes da força de choque antimigração, conhecida pela sigla ICE.

A faixa que abria a passeata reproduzia o preâmbulo da Constituição dos EUA, com destaque para as primeiras palavras do texto: "Nós, o povo".

A onda de indignação em



Cartaz destaca a frase de abertura da Constituição: "Nós, o povo"

Trump. Este, de início, havia endossado a versão dos agentes federais, que acusaram Patti de ter apontado uma arma e o classificaram como "assassino" e "terrorista". Diante das evidências em contrário, Trump abriu diálogo com os opositores, anunciou planos para começar a retirada dos efetivos federais da cidade, tirou do comando da operações o oficial da Patrulha de Fronteira Greg Bovino.

Ontem, porém, o presidente voltou a se referir ao ativista assassinado como "um agitador". Trump mencionou um vídeo que circulou nas redes, sem autenticidade comprovada, mostrando Patti entrando em confronto com agentes, supostamente alguns dias antes de ser morto. "A reputação dele caiu drasticamente com o vídeo em que ele aparece gritando e cuspido no rosto

de um agente do ICE que estava calmo e sob controle", afirmou.

Prisão

A procuradora-geral americana, Pam Bondi, anunciou ontem a detenção de Don Lemon, conhecido ex-apresentador da CNN que hoje atua como jornalista independente. Em publicação na rede X, Bondi escreveu que Lemon e várias outras pessoas foram presas sob acusações federais não especificadas, que ela apresentou como "um ataque coordenado" contra a igreja Cities Church em St. Paul, cidade gêmea de Minneapolis, onde o pastor é um funcionário do ICE. O advogado de Lemon informou que ele foi detido em Los Angeles, durante a noite, e acrescentou que seu trabalho na cobertura do protesto "não foi diferente daquilo que ele sempre fez".



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Conexão diplomática

Lula chamado a "mostrar serviço"

Talvez nunca antes na história — ao menos, na própria trajetória — o presidente Lula tenha se visto tão envolvido com as questões mais cruciais da cena mundial quanto neste primeiro mês do novo ano. Só na última semana, foram quase duas dezenas de telefonemas trocados com chefes de Estado e de governo.

Entre os interlocutores: Donald Trump, Xi Jinping, Vladimir Putin e Narendra Modi. Três sócios no Brics (China, Rússia e Índia) e o presidente daquele que

é, atualmente, a única superpotência militar e (ainda) econômica com alcance global. Com Trump, ficou acertada uma visita aos EUA para um encontro em pessoa.

Na agenda, os temas que frequentaram as manchetes da imprensa mundo afora. Muito especialmente, o polêmico Conselho de Paz, lançado pelo titular da Casa Branca no Fórum de Davos. A iniciativa foi concebida, originalmente, para conduzir a reconstrução da Faixa Gaza após dois anos

de guerra entre Israel e o movimento palestino Hamas. Na Suíça, ganhou contornos de uma "ONU paralela", feita à imagem e semelhança do criador.

De todos os lados, e a despeito do peso diplomático limitado de um país sem arsenal nuclear nem poder de veto no Conselho de Segurança, Lula está sendo convocado a jogar seu charme proverbial na busca de soluções negociadas.

Sim ou não?

A "ONU de Trump" resume, possivelmente, os dilemas colocados sobre a mesa, no Planalto e no Itamaraty. Como dezenas de outros países, o Brasil foi convidado a se somar ao Conselho trumpista. Até aqui, o presidente vem

exercitando a ambiguidade. Aproveitou as conversas com seus pares para sondar o terreno.

Pela ótica da diplomacia brasileira, a resposta ao convite se apresenta quase como uma armadilha.

Aceitar significa prestigiar um movimento que contrasta com a política, seguida por Lula desde os primeiros dois mandatos, de tecer uma reforma capaz de tornar a ONU e seu Conselho de Segurança mais representativos. E, sobretudo, de superar a paralisa expressa no CS pelo veto — que permite a qualquer um dos cinco membros derrubar uma iniciativa, ainda que aprovada por todos os demais 14 países representados.

Recusar de bate-pronto a oferta de Trump coloca em risco a distensão construída na queda-de-braço

em torno do tarifaço comercial. Em ano de luta pela reeleição, a "química" pessoal entre os dois é portanto significativa do capital político amealhado para a campanha.

Conscientemente ou não, Lula reencena um jogo de palavras conhecido dos que acompanham historicamente o conflito do Oriente Médio. A língua árabe ofereceu um nome para ele: 'la'am', fusão entre 'la' ("não") e 'naam' ("sim").

Viés abertas

Não é muito diferente a abordagem escolhida para tratar a intervenção militar dos EUA na Venezuela, no primeiro sábado de 2026. Até ali, o governo brasileiro vinha evitando tomar posição clara sobre a mobilização do poderio

eronaval impositivo dos EUA no Mar do Caribe, desde agosto/septembro de 2025.

Os bombardeios contra alvos militares na área de Caracas, seguidos pelo sequestro do presidente Nicolás Maduro, mudaram o cenário. Com prudência — e alguma relutância —, o governo brasileiro foi subindo o tom. Na semana que se encerra, no Panamá, Lula questionou em discurso a passividade da Celac, organismo de integração criado em 2008 — com o toque pessoal do então presidente brasileiro — para integrar politicamente América Latina e Caribe.

Nos próximos meses, Venezuela, Maduro, América Latina e Trump — sobretudo ele — tendem a se tornar hashtags quase obrigatorias no noticiário sobre a disputa pelo Planalto.